

Realidade e fantasia para a Psicanálise freudiana

Maycon Pádua Reis¹

Magali Milene Silva²

¹Pós-Graduando em Teoria Psicanalítica pela Faculdade UniBF de Joinville (Instituto Brasileiro de Formação). Pós-Graduando em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade UniBF de Joinville. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Lavras (Unilavras), com mérito acadêmico de melhor desempenho do curso.

²Doutora em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Membro da Laço Analítico – Escola de Psicanálise.

Introdução

A invenção da Psicanálise a partir da clínica da histeria se dá no momento em que Freud muda a forma como considera o discurso da histérica, conferindo aos fatos narrados o atravessamento pela fantasia inconsciente, ou seja, situando o conteúdo do discurso como realidade psíquica, revelador do modo como opera o inconsciente. Nesse movimento, Freud redimensiona a noção de trauma, que, primeiramente, considerado como da ordem de um abuso sexual sofrido na infância, passa a ser tratado como uma fantasia sexual construída na infância pela mãe, como a criança, a partir do problema da satisfação, representa sua relação com os adultos que dela se ocupam.

Já em “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895[1950, 1996]), Freud coloca a Coisa suposta satisfazer plenamente, *das Ding*, como perdida desde sempre, ausência que seria recoberta com a construção de representações. Freud situa também o desamparo como situação de total dependência do outro, que se colocaria na base de nossa construção psíquica, exigindo a função de comunicação, mas, ao mesmo tempo, situação insuportavelmente desconfortável de estar totalmente à mercê do outro, e da qual o sujeito se defende com as construções psíquicas. Desse modo, a constatação da impossibilidade de satisfação plena para o ser humano colocaria o psiquismo no trabalho de recobrir essa “realidade” tão dolorosa, revestindo esse hiato com representações psíquicas e constituindo um campo que reconhecemos como realidade.

Assim, a partir da criação da Psicanálise, a discussão sobre o estatuto da realidade se coloca: qual o papel dos fatos na construção da fantasia? Posteriormente, quando Freud (1924[1996a]) situa claramente a construção psíquica como uma reconstrução fantasmática ou delirante da realidade, a aposta nas construções inconscientes se radicaliza. Nota-se, então, que Freud fala de uma realidade (*Wirklichkeit*) perdida e de uma realidade (*Realität*) reconstruída pela fantasia e pelo delírio.

O artigo objetiva investigar o estatuto da realidade para a Psicanálise freudiana com base nestes três pontos: a clínica da histeria e o trauma como fantasia inconsciente; a noção de desamparo e a Coisa como perdida; e a ideia de perda da realidade na neurose e na psicose. Com vistas a esse objetivo, propõe-se percorrer os pontos que Freud apresenta, recorrendo a referências adicionais para esclarecimento de termos, conceitos e aprofundamento da discussão.

Investigar o estatuto da realidade para a Psicanálise tem grande relevância clínica, uma vez que permite situar a especificidade da clínica psicanalítica ao se propor a operar com o sujeito do inconsciente. Tem ainda interesse particular na atualidade quando a noção de indício, derivada da Medicina baseada em evidências, ganha destaque e poder nos discursos sobre tratamentos psicológicos. Pode-se, assim, apresentar algumas questões:

qual a relação das fantasias inconscientes, da realidade psíquica, com os eventos sociais? Como correlacionar o que ocorre na cena social com o que ocorre no que Freud nomeou como Outra Cena, palco das fantasias?

Esclarecer o sentido em que essas relações podem ser pensadas implica situar como a Psicanálise poderia ler, por exemplo, os efeitos das modificações sociais contemporâneas para o sujeito. Essa discussão mostra a forma como a Psicanálise, de modo subversivo e na contramão da perspectiva de controle defendida pela sociedade contemporânea, traz o sujeito como resposta inédita. Assim, a noção de realidade permite situar como a clínica psicanalítica deve operar e como considerar o discurso e a narrativa do paciente. Permite, ainda, discutir como a Psicanálise se posiciona eticamente na cultura. Trata-se, então, de uma noção bastante específica para a Psicanálise, polêmica, mas fundamental para o entendimento da própria Psicanálise, especialmente de sua práxis.

O trauma e a fantasia inconsciente: a clínica da histeria

As correspondências trocadas entre Freud e seu amigo Wilhelm Fliess resultaram em inúmeras contribuições para a construção da teoria que viria ser a Psicanálise. Em uma dessas cartas, Freud (1986, p. 265) afirma: “não acredito mais em minha neurótica”. Ao realizar tal afirmação, o autor aposta em uma realidade psíquica. Dessa maneira, a compreensão de trauma passa por uma transição, deixando de ser encarada unicamente como evento social para tornar-se um evento psíquico, posição tão radical que seria possível localizar, nessa frase, o marco inaugural da Psicanálise.

Freud elabora a Psicanálise a partir da escuta de suas pacientes histéricas e da consideração daquilo que em seus relatos remetia ao que nomeou como Outra Cena, o Inconsciente. Ou seja, a Psicanálise surge de uma demanda clínica e de um trabalho que reconfigura essa demanda. Assim, considera-se que a Psicanálise fulgura no momento em que Freud declara que sua escuta analítica não tinha como desígnio extrair informações sobre os fatos, mas sobre as fantasias inconscientes. Isto é, a Psicanálise passa a existir quando Freud afirma que se interessa pela realidade psíquica.

A histeria é um termo que está disseminado no vocabulário coloquial na sociedade, entretanto, vale ressaltar que o sentido atribuído ao termo no senso comum foge muito do sentido que foi conferido por Freud quando se dedicou à obra “Estudos sobre a histeria” (1893-1895[1996]). Todo sintoma fala de um sujeito. De outra forma, também, tem a função de denunciar o mal-estar de um determinado grupo social. Na sociedade europeia do século XIX, abalada fortemente com as grandes mudanças oriundas dos processos de industrialização que acarretaram reflexões a respeito das organizações familiares, em sua enorme maioria patriarcais, a doença que intrigava médicos e estudiosos era justamente a

histeria. Borossa (2005) afirma que a histeria englobou a feminilidade como uma incógnita e um problema, pois carregava em si a estigmatização de seu estado. Acreditava-se que a etiologia de sua condição estava atrelada à pressão social de sua época, por isso, a mulher, em seu estado histórico, foi tachada como sendo perecedora das normativas sociais vigentes e opressivas ao opor-se a tais conjunturas, cujo comportamento inadequado, perturbador, dizia de um sentimento de desconforto íntimo contra as máculas de sua condição.

O sintoma histérico foi lido por Freud como uma solução de compromisso entre forças conflitantes. Essa construção diante do não suportável, conflitivo, resultaria na conversão histérica, a qual mostra que Freud aposta em uma realidade psíquica, havendo, portanto, a passagem da consideração do trauma como evento social para evento inconsciente. Consequentemente, as mulheres ditas históricas encontravam na expressão corporal do sintoma a maneira legítima de denunciar a opressão que as acometia. Uma vez que ninguém estava disposto a promover uma escuta dessa angústia, essas mulheres encontraram em Freud ouvidos dispostos à escuta daquilo que não se pode dizer.

Como ratifica Coppus (2013), o corpo humano inclui-se na análise. É a partir desse corpo que a Psicanálise instaurou uma realidade que se difere da realidade compartilhada: uma realidade psíquica. Freud esbarra na realidade psíquica da histérica vendo ali uma expressão do psiquismo como uma forma de arranjo de seu inconsciente ao tentar significar corpo e realidade. Na obra “Estudos sobre a histeria” (1893-1895[1996]), Freud aponta três pontos basilares da histeria: haveria um episódio traumático tendo relação com impulsos libidinais que foram recalçados; os sintomas históricos não estavam desconexos, havia uma lógica, eles faziam sentindo e tinham um porquê de ser; e uma alternativa para se buscar a cura seria a evocação da lembrança traumática seguida por um episódio catártico. Ele precisou redimensionar esses pontos para elaborar a Psicanálise.

Na conversão histérica, a lembrança traumática seria inassimilável ao eu.³ Logo, por meio do mecanismo de defesa inconsciente, a representação é recalçada (tornada inconsciente) e toda energia afetiva contida é deslocada a uma determinada parte do corpo, a qual já foi facilitada, convertendo-se, portanto, em um sintoma. Freud (1905[1996]) diz que os sintomas de uma conversão não podem ser entendidos apenas como simples expressões somáticas dos afetos, pois devem ser interpretados como representações específicas de pensamento. No caso específico, representações de corpo substituiriam associativamente representações conflitivas.

Nos artigos “As neuropsicoses de defesa” (1894[1996]) e “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa” (1896[1996]), Freud assevera que o trauma, causador das neuropsicoses, refere-se a uma representação insuportável, conflitiva, indesejável para o eu, tão intragável que seria logo “esquecida”, ainda que essa incompatibilidade

³Optou-se pelo termo “eu” em vez de “ego”, posto que esse termo se refere mais especificamente aos conceitos tratados, mesmo que não tenha sido adotado nas edições consultadas.

representativa ocorrida na origem das neuropsicoses de defesa tenha origem com o trauma sexual, que responde exatamente por uma impossibilidade representativa, de tal forma que o sujeito tentaria se defender do afeto provocado por esse evento, esquecendo (recalcando) a cena traumática e substituindo-a por outra lembrança.

Segundo sua construção teórica nesses artigos, a representação incompatível com a organização psíquica é recalcada, operando uma divisão da consciência, e o afeto nela investido é deslocado. Falando sobre o caso da neurose obsessiva, o afeto é deslocado para uma representação de pensamento; já na histeria, para uma representação do corpo.

Ainda diante dessa incompatibilidade representativa, na psicose alucinatória, o sujeito negaria a representação e o afeto nela investido como se nunca tivessem ocorrido e em seu lugar surgiria uma representação alucinatória, delirantemente justificada, ou seja, com a representação, um pedaço da realidade seria perdido, excluído do campo das representações.

Em 1896, no artigo “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa”, Freud diferencia o trauma histórico do trauma obsessivo, propondo que na histeria o trauma é da ordem de uma sedução sofrida na infância, para a qual não houve reação, permanecendo o sujeito na passividade. Já na neurose obsessiva, o trauma seria decorrente de atividades sexuais desempenhadas pelo sujeito em tenra idade, as quais ele não se recriminou, fazendo os sintomas retornarem como autor de recriminações obsessivas. Essa experiência ativa, no entanto, ocorreria posteriormente a uma experiência de passividade, a uma sedução sofrida. Na paranoia, algo semelhante à neurose obsessiva aconteceria, Porém, as autorrecriminações não realizadas na infância retornariam ao sujeito, por projeção, vindas de fora (alucinatoriamente).

Interessa à proposta de estudo aqui apresentada o caráter defensivo do sintoma e construtivo do aparelho psíquico, que, mediante um arranjo de representações, confere margens ao campo que se reconhece como realidade. A compreensão do esforço do mecanismo de defesa passa, pois, por uma importante reestruturação. Em “Comunicação preliminar” (Breuer & Freud, 1893-1895[1996]), o mecanismo de recalque atuava sobre a lembrança e o afeto a ela ligado, “varrendo-os” da consciência e sendo, então, o fenômeno básico da histeria. Entretanto, agora, as defesas passam a ser múltiplas, presentes também em outras psiconeuroses. Ainda que timidamente a “teoria da defesa” tenha sido tratada por Freud em “Comunicação preliminar”, escrita em parceria com Breuer, salienta Mezan (2008) que isso não pode ser comparado à edificação de um conceito. Essa construção se daria somente nos estudos dos anos 1894 e 1895, primeiramente no artigo “As neuropsicoses de defesa” (Freud, 1894[1996]).

Como já dito anteriormente, diante de um conflito insuportável, há uma defesa psíquica, que pode se dar de duas maneiras: tornando inconsciente a representação conflitiva e deslocando o afeto para outra representação; ou rejeitando a representação conflitiva de modo radical.

No paradigma da divisão da consciência, a lembrança insuportável ao eu, logo dita patologia, é um “corpo estranho”, vocábulo utilizado em inúmeras ocasiões por Freud e Breuer, levando à analogia; entenderíamos como uma espécie de vírus que infectaria o corpo, levando ao padecimento. Por meio da teoria da defesa e da ideia de resistência, a noção sobre o adoecimento neurótico não encontra mais alicerces que subsidiariam sua coerência e passa a ser mira de observações críticas de Freud no capítulo final dos “Estudos sobre a histeria” (Breuer & Freud, 1895[1996]).

Freud (1894[1996], p. 23) diz:

Esses pacientes que analisei, portanto, gozaram de boa saúde mental até o momento em que houve uma ocorrência de incompatibilidade em sua vida representativa – isto é, até que seu eu se confrontou com uma experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade de pensamento. A compreensão do esforço do mecanismo de defesa passa por uma importante reestruturação. Aliás, as diferentes modalidades de defesa possibilitarão o diagnóstico de diferentes psiconeuroses.

Esse “esquecimento” (recalque), segundo Freud (1894[1996]), seria voluntário, portanto não podendo afirmar que viria a ser algo de cunho patológico. Todavia, em análise de suas pacientes, tais esquecimentos levaram a manifestações patológicas não apenas na histeria, mas também em uma obsessão ou em uma psicose alucinatória.

Quando Freud nos fala que a paciente esquece voluntariamente, ele diz de um esquecimento proposital, contudo, relata que os mesmos pacientes que diziam esquecer, logo em seguida outra coisa “aparecia” no lugar. Isso prova, de acordo com Freud (1894[1996]), que os pacientes obsessivos nem sempre apresentam uma ideia clara e nítida sobre seu pensamento primário. Ao tentar mostrar para o paciente a natureza primária sexual, mais uma vez, este se esquiva, o que comprova a teoria de que as obsessões seriam um substituto para as representações sexuais conflitivas. Fica claro, então, que o conteúdo da defesa, que viria ser o recalque, é de conteúdo sexual.

Em seu artigo, Freud (1894[1996]) traz a noção do recalque, mas também elucida novos caminhos de seu modelo de divisão da consciência, que agora não é visto apenas na histeria, mas sim em outras patologias, tais como psicose e obsessão. Mesmo que Freud ainda não tenha elaborado sua teoria do inconsciente, percebe-se que o alicerce do discurso do inconsciente já estava posto.

A clínica da histeria conduz Freud à adoção da hipótese do inconsciente e à extração das consequências clínicas dessa hipótese de trabalho, empreendimento que será a veia condutora de toda a sua obra. Assim, é situando a fantasia inconsciente como realidade

psíquica que Freud cria a Psicanálise, ainda que a realidade psíquica se constitua a partir de um hiato, de uma falta. Para se aprofundarem essas noções, remete-se à experiência do desamparo descrita por Freud nos primórdios de sua obra.

O desamparo e *das Ding*: a coisa como perdida

O modelo de funcionamento psíquico, que é pano de fundo para a teoria do trauma sexual, é exposto por Freud no “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895[1950, 1996]). A ideia fundamental desse texto é, conforme Mezan (1991, p. 28), que “os diferentes estados psíquicos podem ser descritos a partir do fluxo de energia no interior do sistema nervoso”. No “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895[1950, 1996]), Freud fala de neurônios e de quantidades, mas também trata de qualidades e de representações, no intuito caracterizar o funcionamento de um “aparelho psíquico” mediante hipóteses quantitativas. Porém é imprescindível destacar que esse aparelho não tem realidade ontológica, tratando-se apenas de um modelo explicativo, de forma que ele tenta apoiar-se em bases anatômicas, mas acaba por apresentar uma metapsicologia.

Grosso modo, pode-se dizer que Freud concebeu três sistemas de neurônios: os permeáveis, os impermeáveis e um grupo chamado perceptual. Os permeáveis dizem do pensamento lógico, os impermeáveis dizem da memória e os perceptuais levariam as sensações e afetos ao aparelho psíquico. No entanto, a pergunta que se coloca é: permeável, impermeável e perceptual em relação a quê?

O sistema nervoso seria posto em funcionamento pela circulação de uma quantidade Q de energia entre os neurônios, proveniente de um estímulo interno ou externo, à qual os neurônios buscariam dar vazão descarregando no aparelho motor. O permeável é apropriado para guardar alguma lembrança, deixa rastros, já no perceptual não deixa resíduos. Logo, entende-se que o sistema que recebe as informações do mundo externo é chamado perceptual, o que lê e traduz essa informação é o sistema permeável, e o que registra e guarda essas informações traduzidas é o sistema impermeável.

A energia Q capaz de movimentar o aparelho psíquico teria como finalidade adequada sua expressão em uma ação. Apenas uma quantidade energética mínima seria precisa para estimular o sistema de forma que estímulos abaixo desse limiar não eliciariam resposta neural, permanecendo a quantidade retida sob a forma de uma tensão, necessária para processos secundários. Para dar conta dessas diferenças funcionais, Freud elabora que haveria três grupos de neurônios: ϕ , ψ e ω . Os neurônios do grupo ϕ , ou perceptivos, seriam totalmente permeáveis à excitação, e sua função é transmitir a energia proveniente do exterior, quer para os neurônios ψ , quer para o aparelho motor. Os neurônios ψ deixam passar a energia apenas acima de certo limiar, modificando-se com a passagem de Q e formando a memória. Ao reter certa quantidade energética, eles, de algum modo,

conservariam energia disponível para o que Freud nomeou como “ação específica”, ou seja, disponibilidade energética para o funcionamento do próprio aparelho. Embora o aparelho psíquico se regule por um princípio de inércia, se o sistema descarregasse toda energia, não disporia de energia para realizar ações específicas exigidas pelos estímulos endógenos, de modo que o sistema de neurônios procura manter a quota de Q num nível mais baixo possível, tentando mantê-la constante.

Os neurônios ψ , por sua característica de retenção parcial da energia e modificação, apresentariam certas facilitações aos estímulos de Q. Já os neurônios ω seriam responsáveis pela consciência e, portanto, pela qualidade dos estímulos, julgamento da realidade.

Segundo Peyou e Rudge (2007), os neurônios habilitados a frutificar diferentes estados de consciência seriam os neurônios do grupo ômega, isto é, eles estariam relacionados com a construção da percepção consciente. Freud trata de períodos em que essa energia estaria circulando, uma vez que ômega não retinha facilitações: “Os neurônios ômega não recebem Q, mas sim se apropriam desses intervalos entre as excitações, chamados por Freud de períodos” (Peyou & Rudge, 2007, p. 510). Eles seriam orientados por uma diferença de ordem temporal entre as quantidades vindas dos neurônios θ , que Freud nomeou como “períodos”. Os neurônios ω , na medida do possível e respeitando a quantidade mínima necessária ao seu funcionamento, não são afetados diretamente por Q. O que eles recebem é uma temporalidade ou periodicidade. O trabalho de ômega é um processo secundário fruto de um penoso trabalho de manejo psíquico para a organização da realidade. Enfim, os grupos de neurônios ϕ , ψ e ω seriam responsáveis pela percepção, pela memória e pela consciência, respectivamente.

Pode-se dizer que a função desse aparelho é descarregar a energia proveniente dos estímulos, mantendo o nível de excitação do sistema no nível mais baixo possível compatível com a vida, de forma que o aumento da excitação é sentido como desprazer e sua diminuição, como satisfação. Embora as construções quantitativas a respeito do desprazer e da satisfação não sejam claras, Freud especifica que a experiência de dor tende a ser evitada, enquanto a experiência de prazer tende a ser rememorada. Encontra-se nesse sistema, portanto, uma tendência ao controle da satisfação (“recalque”) e à busca do objeto da satisfação primeira. Se a experiência satisfatória tende a ser repetida pelo psiquismo, é preciso que o aparelho consiga diferenciar quando ela é revivida pela lembrança de quando realmente há um novo encontro com o objeto. A função de julgamento da realidade é desempenhada via neurônios ν , que possibilitam, por meio de sua ação, o reconhecimento de estímulos oriundos da realidade, sendo, nesse caso, provenientes do mundo externo, função falha no caso das alucinações, como Freud discutirá ao formular a noção de perda da realidade na psicose.⁴ Pode-se observar, assim, que a noção de realidade é proposta por

⁴Esta ideia é encontrada desde os artigos “As neuropsicoses de defesa” (1894) e “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa” (1896), mas é claramente desenvolvida após o texto “Introdução ao Narcisismo” (1914), nos artigos “Neurose e psicose” (1924) e “A perda da realidade na neurose e na psicose” (1924), que será discutida adiante.

Freud como uma construção do aparelho psíquico, que, por ser algo construído, é capaz de utilizar qualquer material para arquitetar-se, que pode, como toda construção, apresentar “falhas” de estrutura. Vê-se, então, que Freud fala de uma realidade (*Wirklichkeit*) perdida e de uma realidade (*Realität*) reconstruída pela fantasia e pelo delírio.

Pode-se perceber que a realidade externa, como concebe o senso comum, é, na verdade, insuficiente ou mesmo inadequada para tratar das questões psíquicas, no sentido de que, ao vivenciar experiências e situações, está-se vivendo a construção de uma “realidade” mediada pelo inconsciente. Logo, a realidade como tal é recalcada, isto é, algo é perdido e algo é colocado, por meio de elaborações psíquicas, em seu lugar.

Freud utiliza duas terminologias diferentes: *Realität* e *Wirklichkeit*. De acordo com Azzi (2007), existe, entre a realidade psíquica e a externa, uma relação lógica e estrutural, de modo que não cabe uma dissociação. O ser humano é habitado por uma realidade psíquica. Justamente, essa realidade é a forma que se encontra para configurar o mundo externo, relação que é sempre mediada, ou seja, a realidade objetiva é uma realidade psíquica. Nota-se o quão tênue essa delimitação se dá entre as noções de realidade. Já em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental” (1911[1996]), fica nítido que a realidade é alucinada, que há uma alucinação comum a todos e que é necessária uma nova organização psíquica para mudar o modo de julgamento da realidade. O que se convencionou como realidade externa tampouco é apática no sentido de já ser dada, todavia, já é singular desde que o sujeito deseja. Azzi (2007, p. 248) afirma: “Assim, a realidade, enquanto sustentada pelo desejo, é, de início, alucinada”.

Já em “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895[1950, 1996]), Freud coloca a Coisa, *das Ding*, como perdida desde sempre, perdido o referente que garante que a realidade é verdadeira, ausência que seria recoberta com a construção de representações, logo a realidade só pode ser construída. Em 1911, no artigo “Formulações sobre os dois princípios que regem o funcionamento mental”, Freud estabelece o que já estava dado no “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895[1950, 1996]): que o aparelho psíquico funciona segundo princípios organizadores em relação ao qual a questão da satisfação se colocaria. Quando o bebê nasce, ele está em completo desamparo, necessita do outro. Por isso, a primeira posição de total dependência do outro se colocaria na base da construção psíquica, exigindo a função de comunicação, incorporando o bebê humano na civilização. Mas é, ao mesmo tempo, uma situação insuportavelmente desconfortável estar totalmente à mercê do outro, da qual o sujeito se defende com as construções psíquicas. Freud (1895[1950, 1996]) chama esse processo de modo primário de funcionamento do aparelho psíquico, no qual o prazer é autoerótico.

Freud indica também o princípio da inércia, trazendo a concepção de que os neurônios propendem a liberar o excesso de energia. Estes, por sua vez, se tornam energia

livre, equiparando-se, assim, à ideia de processo primário, que se caracteriza pelo livre escoamento da energia psíquica. Freud (1886-1899[1996], p. 348) aponta:

Desde o início, porém, o princípio da inércia é rompido por outra circunstância. À proporção que [aumenta] a complexidade interior [do organismo], o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático – os estímulos endógenos – que também têm que ser descarregados. Esses estímulos se originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades como respiração e sexualidade. Deles, ao contrário do que faz com os estímulos externos, o organismo não pode esquivar-se; não pode empregar a Q deles para a fuga do estímulo. Eles cessam apenas mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo.

Com o aumento e conseqüentemente acumulação de energia psíquica, ocorre a descarga. Entende-se, pois, que se tolera certa quantidade de excitação. Dessa maneira, Freud assimila a existência de um sistema que tenha a capacidade de transformar os processos primários em processos secundários. Fica entendido, então, que processos secundários têm como singularidade sua capacidade de ligar energia e inibir os processos primários.

Dito de outro modo, diante da experiência radical da falta, um aparelho psíquico se constrói orientado por um princípio de prazer. Dessa forma, contornando o insuportável que o desamparo apresenta, essas primeiras e marcantes experiências de satisfação vêm de uma posição passiva diante do outro, inclusive as satisfações do corpo, por esse corpo tocado, acariciado, alimentado etc. O princípio do prazer obedece à premissa: é preciso evitar o desprazer de qualquer modo; conseqüentemente, valer-se da alucinação, pois o objeto encontra-se faltoso, como opção à satisfação, ou seja, não há separação entre estímulo interno e externo, sendo a alucinação uma opção apropriada para safar-se do desprazer. Porém, esse princípio não corresponde às expectativas a que se propõe em virtude de a insatisfação perdurar mesmo diante do objeto alucinado. Pega-se, por exemplo, uma criança que, enquanto suga uma chupeta, fantasia o peito materno. Durante certo espaço de tempo, a fantasia do peito da mãe que é expressa na chupeta satisfará o bebê, contudo, em determinado momento, não irá mais satisfazer a criança, que sentirá fome.

O princípio de realidade objetiva discriminar a presença do objeto na realidade e adiar ou transferir a satisfação caso o objeto esteja ausente. Ele atesta a verdade de uma percepção pela comparação com traços de memória, estabelecendo a consciência do mundo externo. Uma vez que o objeto seja considerado como realmente presente, o princípio de realidade libera a ação do eu propiciando descarga da energia pulsional. Esse princípio, na verdade, auxilia a evitar o desprazer, sendo, nesse sentido, uma continuidade do princípio de prazer: “a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua proteção” (Freud, 1911[1996], p. 242). Apesar do funcionamento do princípio de realidade, algo do pulsional permanece sob a

organização do princípio do prazer. Situa-se, aqui, o inconsciente e pode-se entender o caráter alucinatório dos sonhos e fantasias, assim como seu alheamento ao empírico.

No contexto das discussões do “Projeto para uma Psicologia Científica”, Freud (1895[1950,1996], p. 422) traz a construção do aparelho psíquico como um empreendimento que parte de representações, situando um campo de problemas específicos aos seres de cultura. Assim, aqueles capazes de representação teriam como tarefa constituir representações da realidade.

Freud percebe que existem tensões motivadoras, conteúdos inconscientes que exigem sua descarga e que estão para além daquilo que, conscientemente, pondera-se como prazer. Diante do exposto, Freud amplia a noção de pulsão quando depreende a compulsão à repetição como uma característica inerente da pulsão, apresentando o dualismo pulsional sob a perspectiva das pulsões de vida e pulsões de morte. A pulsão de morte seria um excesso de excitação que romperia as representações. Ela é livre, silenciosa. Traria, assim, uma ruptura de cadeias associativas. Seria a pulsão em seu estado puro e convocaria o homem ao trabalho e movimento, por isso criativa. Já a pulsão de vida englobaria as pulsões sexuais e de autoconservação, ligaria representações, trabalharia com deslocamentos e estaria guiada pelos princípios do prazer e da realidade.

Freud (1920) evidencia que a pulsão de morte se opõe à pulsão de vida. Enquanto uma exerce pressão no sentido de retorno ao estado inorgânico, a outra responderia em estímulo ao prolongamento da vida numa tendência à formação de unidades maiores. No entanto, na prática, elas só seriam encontradas coadunadas. A noção de pulsão de morte leva Freud à consideração de um resto irreduzível à organização psíquica e conduz à consideração do conflito de modo ainda mais radical no núcleo do aparelho psíquico. Esse redimensionamento está presente quando Freud apresenta a segunda tópica e se propõe a pensar o diagnóstico e a realidade a partir dela.

A perda da realidade na neurose e na psicose: arquitetura de uma posição

A inquirição referente às questões da senso-percepção e a forma de modulação no que diz respeito à realidade ganharam holofotes nos laboratórios nos estudos de viés fisiológico e na dita Medicina baseada em evidências. Com o advento da ciência positivista, a questão do “perceber” encontrou refúgio nas ciências humanas. O psicótico é aquele que verbaliza ver, ouvir e sentir “coisas”, que, para os demais, não estão acessíveis em uma realidade dita compartilhada. O psicótico, dito louco, assusta os ditos “normais” por vivenciar seus conflitos a “céu aberto”. Dessa maneira, o envoltório delimitante entre externo e interno se esfacela. Desacreditado, o psicótico encontra na Psicanálise o abrigo de sua verdade, aquela mesma que é desprestigiada pelos que comungam

da realidade “normalizada”. A Psicanálise acredita na verdade psicótica. Ela é real para o sujeito e, na palavra, descobre a via pela qual o analista testifica a veracidade de sua posição. Na verdade, a psicose revelaria a discricionariedade em que a realidade se constitui também para o neurótico.

Depois da elaboração da segunda tópica, a questão da realidade coloca-se, para o pai da Psicanálise, em termos de conflito entre as instâncias psíquicas. Freud diz em sua primeira tópica que o aparelho psíquico se divide em inconsciente, consciente e pré-consciente, sendo os dois últimos, no decorrer da obra, convergidos a um único dispositivo funcional. Em 1923, sofisticou seus conceitos e traz a segunda tópica, na qual apresenta as noções de Eu, Isso e Supereu.

No texto “O ego e o id”, de 1923, Freud coloca suas novas formulações acerca das instâncias psíquicas, caracterizando cada uma e discutindo a relação conflitiva entre elas. Em seu texto “A dissecação da personalidade psíquica”, Freud (1933[1996]), o criador da Psicanálise, começa convocando o homem ao trabalho, questionando a possibilidade de colocar o Eu (*Ich*) como objeto e apresentando a noção de que esse Eu pode dividir-se, pode tomar a si mesmo como objeto, pode observar-se e ponderar-se. Freud começa a construir o que viria ser a instância denominada Supereu (*Über-Ich*), ao qual a construção está aliada aos processos de identificação, quando o Eu opera para vir a assemelhar-se com o “outro”.

Em uma criança, os cuidadores que nela investem tornam-se modelo, os valores de sua parentela são perpetuados e, assim, o bebê é educado sobre determinados preceitos morais preestabelecidos. Durante esse processo, serão transmitidas as expectativas inconscientes dos cuidadores, fundamentais no processo de identificação que dá origem ao Supereu, assim como ao “ideal de eu”. Freud (1933[1996]) diz que o Supereu estaria relacionado com a “incorporação da lei”, agindo a partir de três procedimentos: observação, julgamento e punição. Roudinesco e Plon (1998, p. 744) afirmam: “O supereu mergulha suas raízes no isso e, de uma maneira implacável, exerce as funções de juiz e censor em relação ao eu”.

Freud (1933[1996]) também articula as ideias do Isso (*Es*), origem das pulsões, o ponto onde o somático e o psíquico se encontram. É a força motriz e causal dos desejos e tem natureza quantitativa. “Nós chamamos de [...] um caldeirão cheio de excitações fervescentes. [O isso] desconhece o julgamento de valores, o bem e o mal, a moralidade” (Freud, 1933[1996], p. 74). Assim, ao Isso não importaria o modo como a satisfação é alcançada, mas apenas a satisfação.

O Eu é uma organização que não está presente desde o início, necessitando ser constituído a partir de um novo ato psíquico. Em um momento de intervalar entre o autoerotismo e o amor de objeto, percebe-se como uma imagem em um dualismo (Freud, 1914[1996]). O Eu tem uma estrutura dual, ou seja, um eu ideal, simbólico, internalizações da fala dos cuidadores e regras do outro, aquilo que eu acho que deveria ter sido para me

completar perfeitamente, aquilo que me falta; e o eu ideal, transitividade, aquilo que eu gostaria de me tornar. O eu, então, teria a função de articulação dos afetos, de linguagem e controle dos impulsos motores e de autoconservação.

Ao preludear o artigo “A perda da realidade na neurose e na psicose” (1924[1996a]), Freud lembra a importância desempenhada pela realidade, sendo a neurose a repercussão de um conflito entre o Eu e o Isso. O mecanismo de defesa tido como base da neurose nomeado recalque seria a negação do conflito. Essa recusa dar-se-á negando simbolicamente o desejo. Assim, há o retorno do recalque, o sintoma que também se instala no âmbito simbólico. No entanto, o recalque perdura em emergir encontrando vias para a eclosão. Logo, o sintoma se manifesta como uma representação substitutiva.

Tratando-se de neurose, sabe-se que o mecanismo de defesa é o recalque (*Verdrängung*). Freud, em seu artigo “O inconsciente”, de 1915, demonstra que os processos de recalque têm por finalidade não apenas suprimir as representações insuportáveis da pulsão, mas também impedir que elas se tornem conscientes. O conflito vem da satisfação, que é entendida como não legítima para o Eu. Quando se experimenta uma situação considerada como desprazer pelo Eu, isso move uma grande quantidade de energia no aparelho psíquico, aumentando, portanto, o desprazer. Tendo em vista essa quebra de homeostasia, o inconsciente faz uso do mecanismo de defesa recalque, que teria como função tornar inconsciente a representação conflitiva deslocando o afeto para “outro lugar”. Se para um pensamento tem-se como resultado uma neurose obsessiva, quando transporta a uma região corporal, conseqüentemente, tem-se um quadro histérico. Vale a ressalva que, ao percorrer sua vasta obra, Freud reformula a teoria da defesa, mas chega à conclusão de que o recalque é o pilar que estrutura a edificação inconsciente.

A nomenclatura psicose, segundo Roudinesco e Plon (1998), foi utilizada como um substituto do vocábulo “loucura”, que era utilizado para se referir àqueles que eram diagnosticados como “doentes de alma”. Freud (1894[1996]) manuseia a nomenclatura em um primeiro momento para referir-se ao trabalho psíquico de edificação inconsciente da realidade, seja ela delirante ou alucinatória. Em um segundo momento, o termo passa a ser tratado como estruturante. Pensando a psicose, vê-se que a incompatibilidade representativa não é experienciada internamente, mas sim externamente, “a céu aberto”. Freud procura descrever as “estruturas” psíquicas diferenciando-as quanto ao seu mecanismo de defesa, ou seja, como se defendem do conflito e como esse conteúdo conflitivo retorna.

Na neurose, haveria um conflito entre o eu e o isso, no qual o eu, a serviço do supereu, criaria uma representação substituta àquela intolerável, o sintoma; enquanto na psicose haveria um conflito entre o eu e o mundo externo: o eu, a serviço do isso, negaria a representação intolerável e com ela um pedaço da realidade, cujo lugar é ocupado pela alucinação. O sintoma neurótico e a alucinação psicótica seriam formas de retorno daquilo de que o eu tentou defender-se, em que diferentes formas de defesa originam diferentes formas de retorno.

Na psicose, há uma não inscrição da castração como interna. Justamente por não se encontrar registrado, o conteúdo emerge em alucinações. Esses sintomas são a forma de o sujeito lidar com o mundo externo tal qual ele lhe é apresentado. Diz Freud (1924[1996b], p. 94):

Recentemente indiquei como uma das características que diferenciam uma neurose de uma psicose o fato de em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida instintual), ao passo que, em uma psicose, esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade. Assim, para uma neurose, o fator decisivo seria a predominância da influência da realidade, enquanto para uma psicose esse fator seria a predominância do id.

Descrevendo esse mecanismo de defesa, Freud assinala que ele se divide em dois momentos. Num primeiro momento, o sujeito afasta o eu da realidade. Na neurose, o sujeito evita a representação intolerável recalçando-a e tornando-a inconsciente. Já na psicose, o sujeito rejeita a representação como se esta nunca tivesse ocorrido. Nas palavras de Freud (1924[1996a], p. 231), na “neurose um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose ele é remodelado”.

A origem da neurose e da psicose está na impossibilidade de satisfação plena. O sofrimento psíquico viria da não aprovação da orientação professada, ou seja, da falha na realidade construída em obter a plena satisfação. Para Freud (1924[1996b]), em ambas as estruturas clínicas, que são maneiras éticas de posicionamento, o que está em questão não é a perda da realidade propriamente dita, mas sim o modo de negá-la e o manejo substitutivo encontrado para mediar o conflito, isto é, o trabalho inconsciente para tolerar o intolerável. Na neurose, o substituto ocorre via fantasia; na psicose, é o delírio que emerge como remodelação da realidade.

Encontra-se no texto “O ego e o id” (Freud, 1923[1996]) que a alucinação é posta como uma espécie de “assimilação interna”, como se o objeto se achasse realmente presente, e para o sujeito que alucina é real.

Freud sempre se guiará pelo princípio da economia já dito anteriormente. Essa dimensão econômica é pedra angular em sua teoria e ela será novamente abordada para elucidar que o delírio e a alucinação não são, de certa forma, um erro, algo que saiu do controle, um equívoco no julgamento da realidade, mas sim resultantes do funcionamento do princípio econômico. Ressaltam Fortes e Cunha (2012, p. 157):

Ao relacionar a produção alucinatória ao desejo, buscamos demonstrar que a alucinação é um dos registros possíveis do aparelho psíquico descrito por Freud, justamente aquele que remete à figura do sonhador. A associação entre alucinação, fantasia e delírio pôde ser elaborada em referência aos modos de relação com a realidade e com o outro.

Num segundo momento desse processo, o eu cuida de reinvestir na realidade; ou melhor, tenta reconstruí-la para si. O neurótico o faz por meio da fantasia; o psicótico, por meio do delírio. Tanto na neurose quanto na psicose, o mecanismo de defesa é malsucedido, uma vez que a pulsão recalcada e o fragmento de realidade rejeitado retornam, impondo-se ao sujeito mediante manifestações disfarçadas. Na neurose, esse retorno tem uma expressão que se pode chamar de interna, o sintoma. Na psicose, aquilo que foi primordialmente rejeitado retorna, desde fora, como percepção, nas alucinações.

O contratempo que ocasiona a quebra da homeostase do aparelho psíquico é que o objeto de satisfação plena, o qual se busca com ímpeto, não existe ou não existiu em uma dimensão possível ao ser de cultura, já que este não é naturalmente orientado, não existindo um instinto humano como se observa nos animais. Não sendo um animal orientado por instintos, mas um ser circunscrito pela linguagem, o sujeito deve encontrar maneiras de lidar com o mundo. A invenção singular desses modos é o que Freud descreve como a construção individual do aparelho psíquico. O psiquismo se constitui, pois, como uma defesa.

Para Freud (1924[1996a]), há uma visível correspondência para uma perturbação entre o mundo externo e o Eu. Orientado pelo Isso, o Eu nega a realidade, arquitetando-a em um delírio. A realidade externa, muitas vezes, é percebida como cruel e martirizante, restando, assim, ser esquecida, mesmo que temporariamente, para que se possa, por intermédio de uma mediação, contornar aquilo que se quer “não lembrar”, a fim de poder tolerar aquilo que é intolerável. Não que realidades externa e interna sejam dicotômicas, mas sim algo que estaria incessantemente em intercomunicação.

A realidade psíquica, analogicamente, seria uma espécie de envoltório, uma lente na qual o sujeito lida o tempo todo com o mundo externo. É a partir desse fio condutor que Freud introduz o conceito de fantasia em Psicanálise. A fantasia seria a forma como o sujeito encontra, para se apresentar nessa realidade psíquica, sua localização diante daquilo que lhe falta; isto é, o modo de relacionamento com o outro. Nessa perspectiva, a fantasia não seria algo de viés “imaginário”, mas sim de algo que diz de um modo de organização.

Muito se escuta a respeito das “estruturas” clínicas no sentido de que o manejo analítico com neuróticos seria, de certa forma, “mais fácil”, pareando com psicóticos ou perversos; até mesmo a afirmação que ser um neurótico é preferível. Se a “estrutura” clínica é uma posição ética de existência diante daquilo que nos falta, como tais afirmações podem ser verídicas? Haveria uma maneira “normal” de lidar com o desamparo? Se a realidade é uma construção, como se pode determinar uma hierarquia transparecendo qual a mais “funcional”?

Referências

- Azzi, I. C. S. (2007). Realidade: uma razão que não se explica, mas se crê. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 10(2), 245-263.
- Borossa, J. (2005). *Conceitos da Psicanálise: histeria* (Vol. 17). São Paulo: Ediouro
- Breuer, J., & Freud, S. (1893). *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar* (Vol. 2). Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1893)
- Coppus, A. N. S. (2013). O lugar do corpo no nó borromeano: inibição, sintoma e angústia. *Tempo psicanalítico*, 45, 15-27.
- Fortes, I., & Cunha, E. L. (2012). Alucinação e delírio na obra de Freud: produção de desejo. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, 34(26), 145-158.
- Freud, S. (1996). *Projeto para uma Psicologia Científica (1950 [1895])*. Edição Standard. (Obra original publicada em 1950[1895]).
- Freud, S. (1996). *Estudos sobre a histeria* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1983-1895).
- Freud, S. (1996). *As neuropsicoses de defesa* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1894).
- Freud, S. (1996). *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1896).
- Freud, S. (1996). *O Inconsciente*. (Vol. 14). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1905)
- Freud, S. (1996). *Formulações sobre os dois princípios que regem o funcionamento mental* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1911).
- Freud, S. (1996). *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (1996). *O ego e o id* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1996b). *Neurose e psicose* (Vol. 13). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (1996a). *A perda da realidade na neurose e psicose* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (1976). *Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica* (Vol. 22). Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933).

REIS, M. P. & SILVA, M. M. Realidade e fantasia para a Psicanálise freudiana

Freud, S. (1920). *Além do princípio do prazer* (Vol. 1). Porto Alegre: Editora L&PM.

Freud, S., Fliess, W. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Imago

Mezan, R. (2008). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Peyon, E. R., & Rubge, A. M. (2007). A poética dos neurónios em Freud. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 6(7), 501-526.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Resumo

O artigo objetiva investigar o estatuto da realidade para a Psicanálise freudiana com base nestes três pontos: a clínica da histeria e o trauma como fantasia inconsciente; a noção de desamparo e a Coisa como perdida; e a ideia de perda da realidade na neurose e na psicose. Procura-se demonstrar que, para Freud, a realidade se constitui a partir de uma perda. Freud afirma que o trauma, situado na origem das psiconeuroses, refere-se a uma representação incompatível, que, por meio de um processo de defesa, é retirada da consciência. Nascemos em desamparo, em vista disso, o bebê humano está à mercê de um outro que lhe proporciona satisfação, exigindo a função de comunicação. O aparelho psíquico seria um empreendimento que parte de representações, situando um campo de problemas específicos aos seres de cultura. A realidade estabelece uma razão que se propõe uma ordem lógica, a qual é verdadeira para o sujeito que nela crê, destarte, essa realidade depende do arranjo do campo das representações. Assim, a realidade psíquica se constitui de modo singular desde a perda decorrente da mediação simbólica inerente à linguagem.

Palavras-chave: Realidade. Fantasia. Psicanálise. Freud.

Reality and Fantasy for Freudian Psychoanalysis

Abstract

The article aims to investigate the status of reality for Freudian psychoanalysis based on these three points: the clinic of hysteria and trauma as unconscious fantasy; the notion of helplessness and the Thing as lost; and the idea of loss of reality in neurosis and psychosis. It is tried to demonstrate that, for Freud, the reality is built from a loss. Freud says that trauma, which is related with the origins of the psyconeurosis, refers to an incompatible representation, which, through a process of defense, is withdrawn from consciousness. We are born in helplessness, since the human baby is at the mercy of another that provides satisfaction and demands the function of communication. The psychic apparatus would be a construction that starts from representations and configures specific problems to those that are affected by the culture. Reality establishes a logical order, which is true for the subject who builds it, since reality depends on the arrangement of the field of representations. Thus, psychic reality is constituted in a singular way since the loss resulting from the symbolic mediation inherent in language.

Keywords: Reality. Fantasy. Psychoanalysis. Freud.

Réalité et fantaisie pour la psychanalyse freudien

Résumé

L'article vise à enquêter sur le statut de réalité de la psychanalyse freudienne à partir de ces trois points: la clinique de l'hystérie et du traumatisme comme fantasme inconscient; la notion d'impuissance et la Chose perdue; et l'idée d'une perte de réalité dans la névrose et

la psychose. Elle cherche à démontrer que, pour Freud, la réalité est constituée d'une perte. Freud affirme que le traumatisme, qui est à l'origine des psychonévroses, fait référence à une représentation incompatible qui, par un processus de défense, est retirée de la conscience. Nous sommes nés impuissants, car ce bébé humain est à la merci d'un autre qui apporte satisfaction, exigeant la fonction de communication. L'appareil psychique serait une entreprise qui part de représentations situant un champ de problèmes propres aux êtres culturels. La réalité établit une raison qui propose un ordre logique, ce qui est vrai pour le sujet qui y croit, cette réalité dépend de l'agencement du champ des représentations. Ainsi, la réalité psychique se constitue de manière singulière depuis la perte résultant de la médiation symbolique inhérente au langage.

Mots-clés: Réalité. Fantaisie. Psychanalyse. Freud.

Realidad y fantasía para la psicoanálisis freudiana

Resumen

El artículo tiene como objetivo investigar el estado de la realidad del psicoanálisis freudiano en base a estos tres puntos: la clínica de la histeria y el trauma como una fantasía inconsciente; la noción de impotencia y la cosa como perdida; y la idea de pérdida de la realidad en neurosis y psicosis. Busca demostrar que, para Freud, la realidad está constituida por una pérdida. Freud afirma que el trauma, que está en el origen de las psiconeurosis, se refiere a una representación incompatible que, a través de un proceso de defensa, se elimina de la conciencia. Nacimos indefensos, ya que el bebé humano está a merced de otro que brinda satisfacción y exige la función de comunicación. El aparato psíquico sería una empresa que parte de representaciones que sitúan un campo de problemas específicos de los seres culturales. La realidad establece una razón que propone un orden lógico, que es cierto para el sujeto que cree en ella, esta realidad depende de la disposición del campo de representaciones. Así, la realidad psíquica se constituye de una manera singular ya que la pérdida resulta de la mediación simbólica inherente al lenguaje.

Palabras clave: Realidad. Fantasía. Psicoanálisis. Freud.